SEMINÁRIO
POLÍTICAS
PÚBLICAS
JUVENTUDE
EM PAUTA
2010

TEXTO PARA DISCUSSÃO

EDUCAÇÃO

Políticas públicas de Educação e Juventude: avanços, desafios e perspectivas

Eliane Ribeiro[1]

Pensar na relação juventude, educação e políticas públicas, em um mundo que vive profundos e acelerados processos de transformações, não é tarefa simples. Exige, de todos nós, uma observação e análise acurada sobre como este conjunto de novos e velhos problemas sociais, políticos e, por conseguinte, educativos, têm atingido, direta e indiretamente, as diferentes juventudes e os processos educativos por elas vivenciados (ensino-aprendizagem; socialização, interação e cidadania). Sobretudo, pensar que, dos 49,8 milhões de jovens brasileiros, ou seja, 26,54% da população total no país (PNAD, 2008), cerca de 25 milhões (50%)[2] têm experimentado, de forma mais radical, os efeitos dessas transformações, gerando ou reforçando situações de distinções e desigualdades na "corrida de obstáculos" em que se constituem suas vidas e, muito particularmente, seus percursos escolares. De um modo geral, para a maioria desses jovens, efetivar uma "bem sucedida" trajetória escolar é necessário um profundo investimento, material e simbólico, de longo prazo, que, na maioria das vezes, "não cabe" na vida dos jovens mais pobres, em especial, por conta de suas necessidades presentes e prementes, colocadas pela própria condição social dessa população.

Aliado a isto, um outro aspecto que merece atenção é o sentido e significado desse investimento escolar, na relação com conquistas e projeções de futuro, o que, sem dúvida, direta e indiretamente, está relacionado com o papel do Estado e a construção de políticas públicas..

É fato que, no Brasil, chegamos em 2010 com avanços significativos no que se refere às políticas públicas, tanto no campo da educação, como no campo da juventude. De início, destaca-se o expressivo aumento da escolaridade dos jovens, a ampliação do número de vagas e matrículas em estabelecimentos públicos, reflexo do investimento feito, nas últimas duas décadas, na universalização ao acesso à escola de ensino fundamental no período da infância, o que, consequentemente, projetou

---

[1] Professora da Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. O texto contou com a colaboração da mestranda Maria Emília Barrios Rodrigues, para organização e elaboração de gráficos e tabelas dos dados quantitativos.

[2] A situação mais precária é da região Nordeste, onde 66,7% dos jovens viviam com renda abaixo de meio salário mínimo. A outra região onde mais da metade dos menores de 17 anos é pobre é a Norte, com 53,7%. No Centro-Oeste são 35%, no Sudeste, 31,5% e, no Sul, 28,7%. Um dado positivo revelado pelo IBGE é a diminuição do número de jovens que vivem na extrema pobreza, classe delimitada por ganho familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo. Esta porcentagem estava, em 2008, em 18,5% dos jovens, mas em 1998 chegou a ser de 27,3%. (IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2009).

demandas de ampliação no âmbito do ensino médio e superior, como também na educação profissional e de jovens e adultos.

Podemos afirmar, que a geração jovem de hoje é, inegavelmente, mais escolarizada do que as anteriores: nunca uma geração alcançou níveis de escolaridade tão elevados. E o que é mais significativo, é que a referida ampliação, fruto de um tempo em que a estrutura social já não mais comporta oferta educação apenas para alguns poucos segmentos, impõe a incorporação de novos sujeitos para disputar o concorrido campo educacional, trazendo para esses espaços novos padrões de necessidades, desejos e interesses, criando um conjunto de desafios para as políticas públicas.

Pode-se também ressaltar, avanços no que se refere à inclusão de direitos educativos para a juventude, expresso nas pautas e agendas governamentais, na legislação, no financiamento público, na implementação de novos programas, e no campo pedagógico - elaboração de materiais didáticos, metodologias, propostas pedagógicas voltadas para os jovens etc-. É desataque ainda, a produção de pesquisas relacionadas à área, incorporando a tematização da juventude nas universidades, tratando-a como uma importante categoria de análise para se compreender as sociedades contemporâneas.

Contudo, deve-se lembrar, que os processos educativos que as últimas gerações vivenciam não tem conseguido acompanhar a potencialidade do conjunto de ações que vêm sendo desenvolvido, muito especialmente, no que se refere à permanência e aprendizagem dos alunos, como também o significado e sentido da escola, como elemento essencial para projetar o futuro. A grande maioria dos jovens brasileiros traz da infância, uma significativa defasagem idade-série escolar, representando uma demanda potencial para a Educação de Jovens e Adultos, hoje, de cerca de 60 milhões de pessoas que não concluíram o ensino fundamental. Apenas 25% dos jovens vivenciam regularmente a adequação da idade com os ciclos escolares. Nessa perspectiva, é necessário ir além da pergunta: quem são os jovens que conseguem terminar a educação básica, hoje, no Brasil? Ou quem são os jovens que chegam à universidade, por exemplo? É fundamental que se amplie as questões: com que idade esses jovens chegam ao final do ensino fundamental e médio? Com quais trajetórias? O que aprendem? As credenciais escolares que os jovens têm conquistado, garantem benefícios educacionais semelhantes a setores sociais mais privilegiados? O aumento da escolaridade tem postergado a entrada dos jovens pobres no mercado de trabalho?

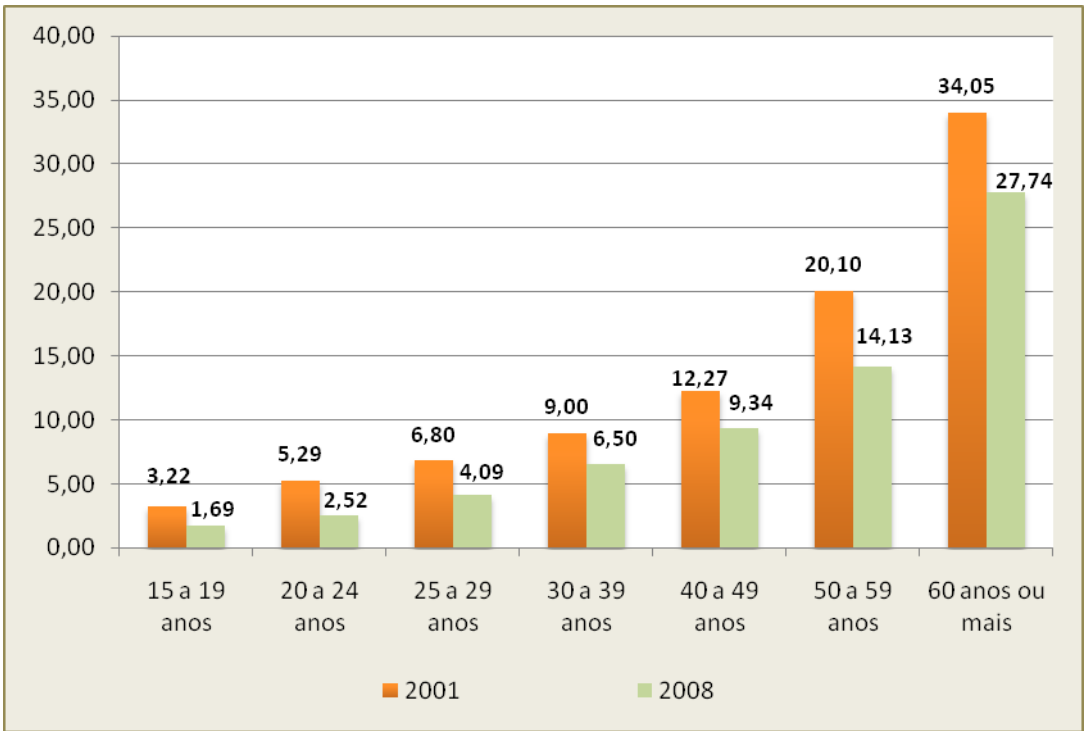
É necessário buscar entender dinâmicas e processos que vão construir novos padrões, como as novas relações entre escolaridade e inserção no mundo do trabalho; urgência de uma nova articulação nos moldes do século XXI com inclusão digital (NTICs e *software livre*); novos arranjos familiares; novas

maneiras de “estar no mundo”(por ex. tecnologias de informação e comunicação); sustentabilidade socio-ambiental; direitos humanos e valorização da diversidade; novas identidades.

Dados e questões para se pensar

Dos 14, 4 milhões de analfabetos no Brasil, 2,2% encontram-se entre 15 e 29 anos, sendo que os maiores índices concentram-se entre 25 e 29 anos. Nesse sentido, podemos afirmar que as *gerações posteriores aos anos 1990, tiveram oportunidades bem maiores de acesso à escola pública, chegando ao índice de* frequência a escola, da faixa etária entre 6 a 14 anos, de 97,5% em 2008 (PNAD, 2008). Abaixo, as taxas de analfabetismo por faixa etária, expressam a ampliação do acesso.

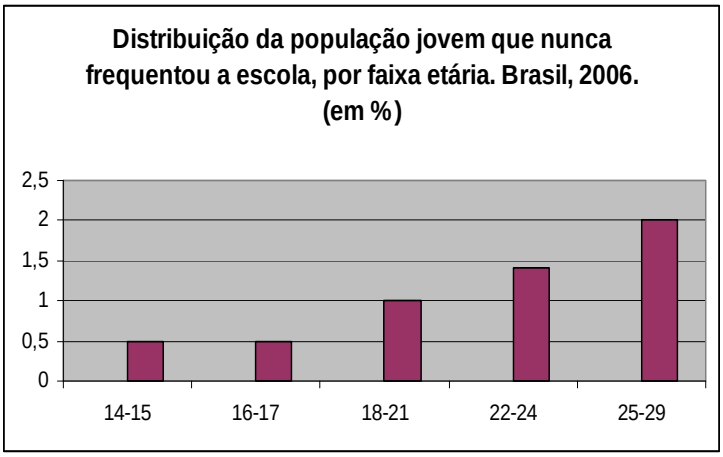
Gráfico 1. Taxa de analfabetismo, por faixa etária, Brasil – 2001/2008 (excluindo norte rural) (%)



Fonte: PNAD/IBGE 2001-2008. Elaborado por MEC/SECAD

A geração jovem de hoje é inegavelmente mais escolarizada do que as anteriores, como podemos ver no quadro abaixo, a diminuição dos níveis de frequência a escola acompanha o processo de envelhecimento da população.

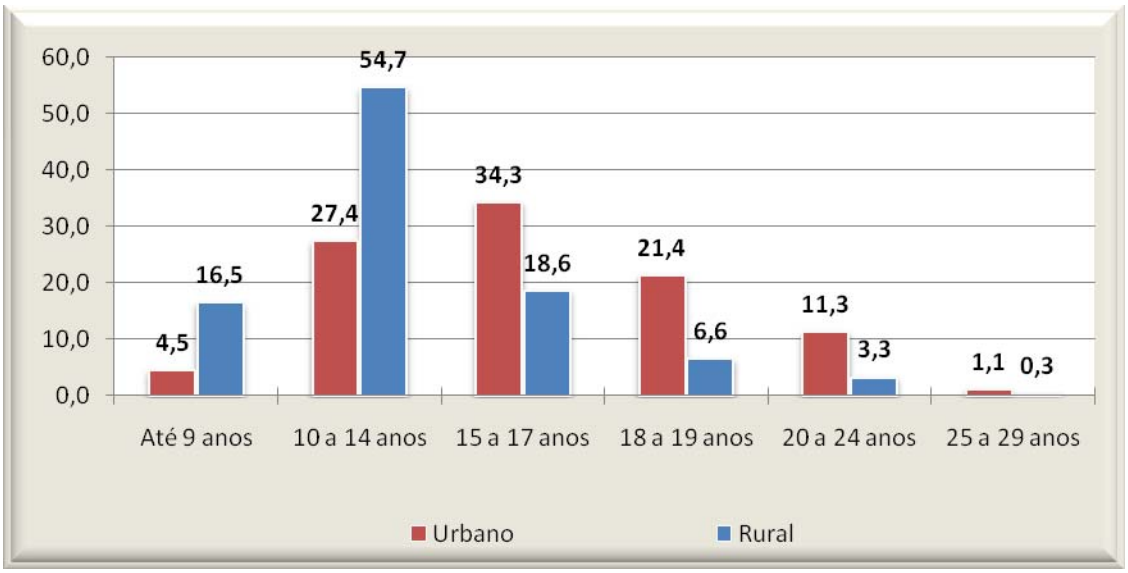
Gráfico 2 - Distribuição da população jovem que nunca freqüentou a escola, por faixa etária, 2006.



Fonte: Pnad/IBGE, 2006.

Para se ter uma idéia aproximada, estudo recentemente divulgado pelo IBGE, intitulado Síntese de Indicadores Sociais 2010, demonstra que, em 2009, 14,8% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estavam fora da escola. Além disso, 32,8% dos jovens de 18 a 24 anos, ou seja, aproximadamente 1/3 desse contingente populacional, deixaram os estudos sem ao menos concluir a educação básica, situação que se explicita melhor quando se atenta para o fato de a escolaridade média da população brasileira com idade até 25 anos ser de apenas 5,8 anos. Entre os fatores que justificam o abandono e a reprovação escolar está a necessidade de trabalho, como pode ser observado a seguir nos dados da PNAD. Os jovens continuam a ingressar no mercado de trabalho, formal ou informal, muito precocemente.

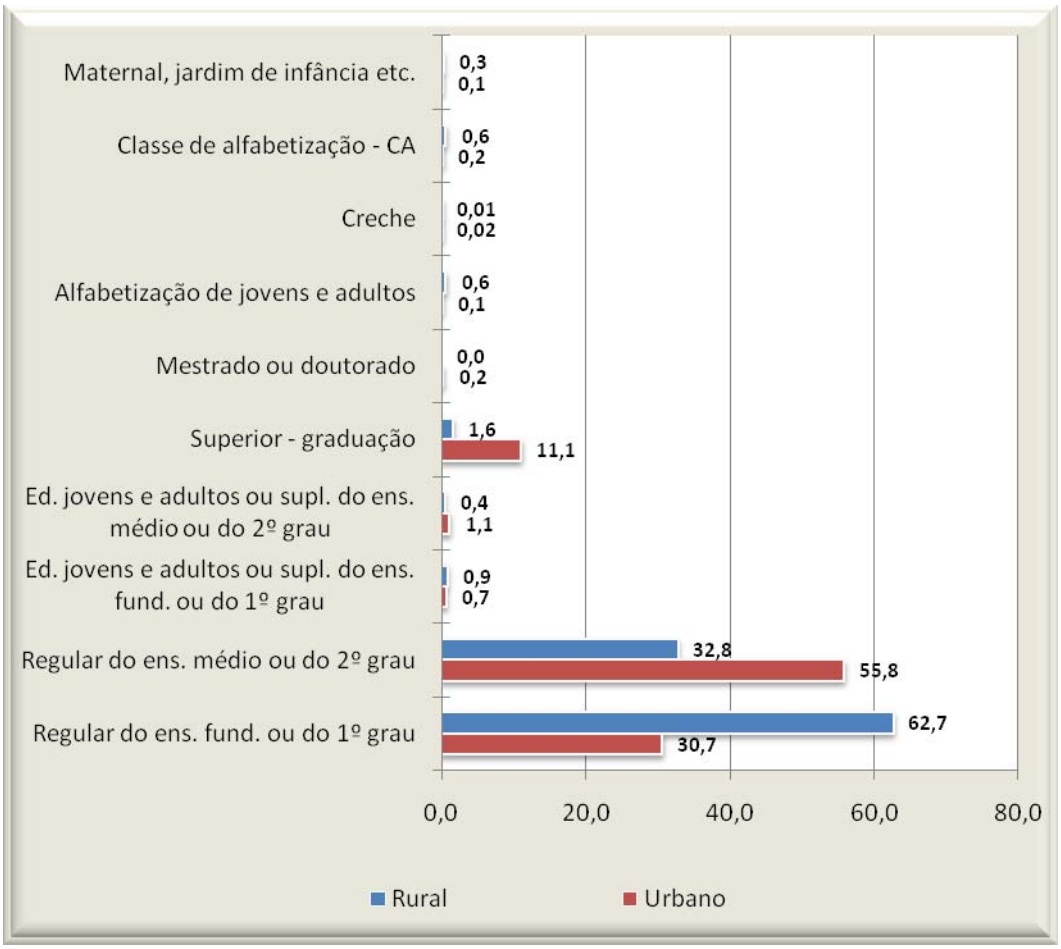
Gráfico 4. População ocupada segundo idade com que começou a trabalhar por situação censitária, entre 18 e 29 anos (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2008

Cabe destacar que, refletindo as desigualdades socioeconômicas e territoriais, as taxas de analfabetismo e baixa escolaridade continuam a ser bem mais elevadas nas zonas rurais que nas áreas urbanas, nas regiões Nordeste e Norte que no centro-sul do país, como pode ser visto no gráfico abaixo. Chama atenção o número de jovens do campo que estão cursando o ensino superior.

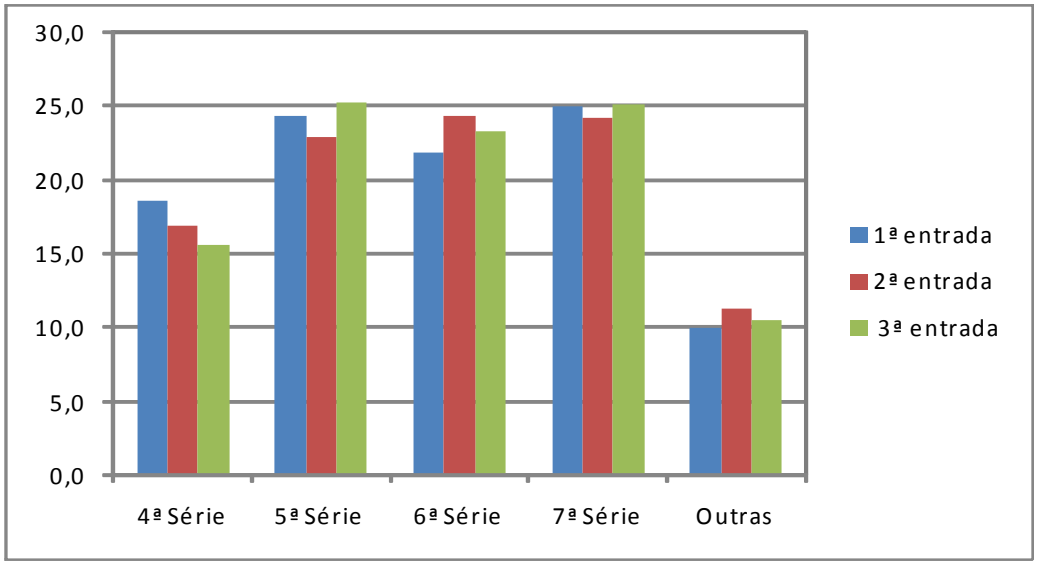
Gráfico 3. População residente que não frequentava escola segundo curso mais elevado que frequentou por situação censitária, entre 18 e 29 anos (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2008

Outro grande desafio do sistema educacional brasileiro refere-se à melhoria do fluxo escolar. De uma maneira geral e considerando as diferentes regiões do país, a população que atualmente freqüenta a escola nela deve permanecer um tempo que é suficiente para garantir a conclusão, seja do ensino fundamental (8 anos), seja do ensino médio (3 anos). Contudo, em virtude das altas taxas de retenção, a taxa média esperada de conclusão, para o conjunto do país, é de 53,5% para o ensino fundamental e de 68,5% para o ensino médio, com uma grande disparidade entre as diferentes regiões do país. Como exemplo, no gráfico abaixo, observa-se que os alunos do Projovem Urbano, com trajetórias acidentadas, acabam saindo da escola, bem mais próximo da conclusão. Esses grupos hoje, em sua grande maioria, já não fazem parte da população que nunca passou pela escola. Em sua grande maioria, essas gerações passaram pela escola e o ingresso foi na idade própria.

Gráfico 5: Última série concluída (%)



Fontes: Projovem Urbano (2008/2009): Survey 1 – 1ª, 2ª e 3ª entradas

Um outro aspecto importante e que não pode ser secundarizado, especialmente, pela crescente demanda acirrada pelo maior número de pessoas que concluem o ensino fundamental, é o atendimento no Ensino Médio. Um dos fatos marcantes da recente história da educação brasileira é a expansão do ensino médio, o que aponta para a necessidade de uma progressiva universalização dessa etapa de ensino. Em que pese a importância do processo de ampliação das matrículas no Ensino Médio, é importante ressaltar que, diante do déficit educacional histórico nesta etapa de ensino, ela não foi suficiente para universalizá-lo. Assim, em 2006, apenas 47,7% da população de 15 a 17 anos estava matriculada nesse nível, e apenas 43,1% da faixa seguinte (18 - 21 anos) o havia concluído. Ou seja, mais da metade da população jovem não chegava ainda a concluir esse nível de ensino, sendo que uma grande parte sequer conseguia ingressar.

Procurando enfrentar os desafios de ampliar os níveis de escolarização no ensino médio no país, o Governo Federal encaminhou e aprovou, em 2009, a Emenda Constitucional 59/2009, tornando obrigatório o ensino para aqueles que têm entre 4 e 17 anos de idade. No mesmo período, o Congresso aprovou também a Lei 12.061, de 27 de outubro de 2009, que prevê a universalização do ensino médio público e gratuito (alterando o artigo 4º da LDB 9.394 de 1996) (Corti e Freitas, 2010).

A marca maior do ensino médio ainda é a escola precária em biblioteca e laboratórios, sem professor, cujo abandono nas redes chegou a níveis insuportáveis. A mudança exige uma escola de qualidade para todos e não para poucos, o que implica projetos político-pedagógicos compatíveis com as necessidades dos jovens (trabalho e prosseguimento nos estudos). Na verdade, temos alguns modelos de oferta educacional de qualidade[3] que apresentam fórmulas que garantem resultados mais significativos para esses jovens, todos apontam para a valorização de professores (salários e formação); infra-estrutura; investimentos material e simbólico; suporte e redes de oportunidades para os jovens.

A complexidade dessa questão foi ressaltada com a constatação, nos últimos anos, dos altos índices de abandono no ensino médio, chegando mesmo a superar os da reprovação (ao contrário do que ocorre no ensino fundamental), embora estes também sejam altos[4]. Dentre os fatores freqüentemente mencionados para explicar a evasão no ensino médio está a necessidade de conciliar trabalho e estudo, já que em nosso país, grande parte da população começa a trabalhar antes dos 18 anos de idade[5], o que significa que muitos dos jovens que estão no ensino médio já são trabalhadores. E será que aquela escola secundária, tradicionalmente acadêmica e propedêutica, se preparou para receber esses alunos-trabalhadores? (Corti e Freitas, 2010). Vale lembrar que mais da metade dos alunos de ensino médio estudam em cursos noturnos das escolas públicas (regular e EJA) brasileiras.

Outro fator que deve ser destacado é a educação profissional. Para os jovens e organizações juvenis a reivindicação por educação e trabalho tem assumido centralidade. Contudo, um aspecto que também deve ser ressaltado é o oferecimento precário de formação profissional. Prevalece, em muitos programas que abarcam a questão da formação profissional, una ausência de estratégias contextualizadas, reduzindo a ação educativa a capacitações precárias, descontínuas que pouco agregam valor na vida dos jovens. No geral, observa-se que o jovem participa dessas iniciativas na perspectiva de buscar redes de oportunidades. Contudo, ao final, essas iniciativas têm reforçado a baixa autoestima dos jovens, questionando seus esforços e investimentos. Nesse contexto, o estágio, com direitos respeitados, conforme legislação vigente, é importantíssimo para criar redes de sociabilidade laboral, fundamental para inserção futura.

---

[3] Por exemplo, escolas técnicas federais, colégios de aplicação e Colégio Pedro II.

[4] No Ensino Médio, a taxa de evasão foi de 15,3% em 2005 e 13,3% em 2007, enquanto as taxas de reprovação foram respectivamente de 11,5% e 12,7%. No segmento de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, no mesmo período, as taxas de evasão foram de 9,6% e 6,7%, e as de reprovação foram de 13,4% e 13,7%. (Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC)

[5] Em 2006, 23,1% dos jovens de 14 e 15 anos estavam trabalhando ou procurando trabalho; a mesma situação em que se encontravam 45,4% dos de 16 e 17 anos.

No que concerne ao acesso e permanência a universidade, embora constate-se uma ampliação significativa de acesso, as diretrizes para a Política Nacional de Juventude apontam ainda a grande debilidade de acesso ao ensino superior pelos jovens: apenas 12% da população juvenil freqüentam o ensino superior, sendo que mais de 70% dos jovens que concluem o ensino médio não ingressam no ensino superior[6]. Cabe então perguntar, por exemplo, em quais cursos os jovens pobres ingressam? Como vivenciam tal experiência? Quem são os jovens que conseguem permanecer? E o jovem do campo, tem conseguido ingressar nos cursos do ensino superior?

O que pode-se observar é que a grande maioria dos jovens pobres que chegam a universidade, encontra-se em cursos de menor valor social e combinam trajetórias de bolsas, subemprego, contratos temporários, desemprego, emprego com a faculdade. Muitas vezes, o trabalho é a única forma de manter esse jovem no curso. O passe-livre nos transportes e o bandejão têm sido demandas fundamentais para garantir essa permanência. É comum encontrarmos em nossas universidades, jovens alunos que caminham quilômetros para poder assistir as aulas, ou mesmo, passam o dia inteiro sem alimentação. Ou seja, o acesso é um importante avanço, mas é necessário, sobretudo, pensar uma permanência digna. Nesse sentido, fomentar políticas de assistência aos estudantes que garantam direito ao transporte gratuito e alimentação; torna-se pauta prioritária das agendas públicas de educação.

Outro aspecto que também se deve pensar, para a melhoria da qualidade da educação brasileira, em todos os níveis, é a valorização dos profissionais em educação. Deve-se considerar, inclusive, que parcela significativa do professorado, hoje, no ensino fundamental, médio, EJA e programas é formada por docentes jovens, recém formados e recém ingressos na profissão docente. Ou seja, quando falamos dos jovens na educação, precisamos atentar também para essa parcela de não aluno, mas professores iniciantes. Entre os educadores do Projovem Urbano encontramos 30% com idade inferir a 29 anos.

Os jovens com deficiência ainda não foram integralmente contemplados. O debate sobre a inclusão deu visibilidade para o problema, contudo, escolas, universidades e programas ainda não conseguiram atender de uma forma estabelecida essa população. Promover a acessibilidade nas escolas, sem dúvida, não é tarefa simples, depende de um conjunto de ações e investimentos, desde a capacitação de professores, implementação de sala de recursos multifuncionais, entre outras iniciativas. De fato, as práticas tradicionais ainda estão muito vivas no campo educacional.

---

[6] Em relação aos jovens de 18 e 24 abso a taxa de freqüência mais que dobrou no período de 1996-2007, de 5,8% para 13% (PNAD/IBGE - IPEA, 2009).

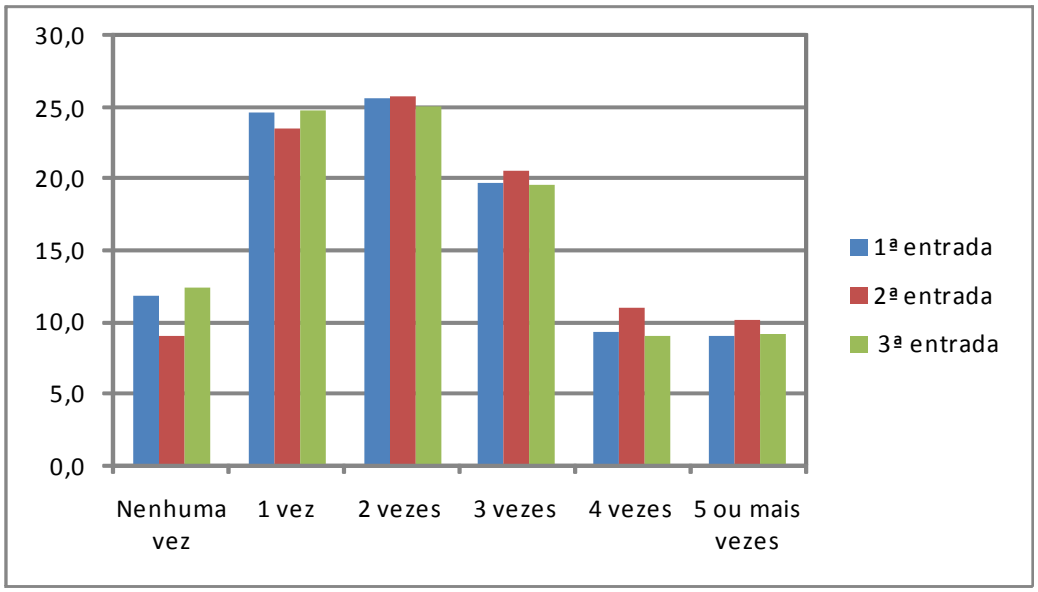
A educação no campo também vem a ser prioridade, no sentido de implementar as Diretrizes Nacionais por uma Educação Básica do Campo, visando superar o analfabetismo entre os jovens rurais e garantir seu acesso e permanência em todos os níveis educacionais; educação que contemple as diversidades e realidades do campo. Considerando, sobretudo, as dificuldades de acesso, por conta das distâncias entre os centros urbanos, que, tradicionalmente, concentram os estabelecimentos educativos.

No que concerne as oportunidades educacionais para jovens e adultos, embora tenham sido ampliadas na última década, a realidade ainda é bastante precária, principalmente, porque a escola permanece reproduzindo uma estrutura de desigualdades sociais, apontando para a divisão dos sistemas educacionais, à semelhança das diferenças existentes em nossa sociedade. Os jovens pobres continuam a dispor do ensino noturno e da educação de jovens e adultos, porém ambos se caracterizam pela sua condição periférica. Essa modalidade educativa é discriminada e nela se desdobram "as mazelas do ensino diurno de modo mais agravado e cumprindo as funções de seletividade e hierarquização social comumente identificadas na escola" (HADDAD et al., 2002, p.96). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), em 2008, a população brasileira era de 189.952.795, sendo 142.998.610 pessoas com mais de 15 anos, desses 14.247.495 analfabetos.

Por fim, deve-se atentar para as desigualdades raciais e de gênero entre os jovens estudantes brasileiros. Em todos os níveis de educação pode-se observar a grande presença das mulheres. No Projovem Urbano, por exemplo, quase 70% são mulheres, sendo que, cerca de 60% dessas tem filhos. Já no que se refere a cor, no Projovem urbano temos cerca de70% são negros (cadernos temáticos do Projovem Urbano, 2008/2009).

Os estudos têm apontado que não existem fluxos diretos de jovens que saem do Programa Brasil Alfabetizado (alfabetização/MEC) para o Projovem ou sistemas de ensino, por exemplo. Ou mesmo do Projovem para o ensino médio, EJA e/ou educação profissional. Na verdade, existe baixíssimo grau de vinculação entre esses programas e sistemas, como também, uma grande desinformação, por parte dos alunos mais pobres, dessas dinâmicas educativas, muito natural para jovens de segmentos sociais privilegiados que vivenciam esses mecanismos desde a infância por meio de suas famílias e de seus grupos sociais. Para se ter uma idéia do problema, se pensarmos nas trajetórias irregulares desses jovens, veremos arranjos de idas e vindas entre escolas e programas, que podem ser notadas no alto grau de abandono, conforme no gráfico a seguir, a partir dos jovens do Projovem Urbano.

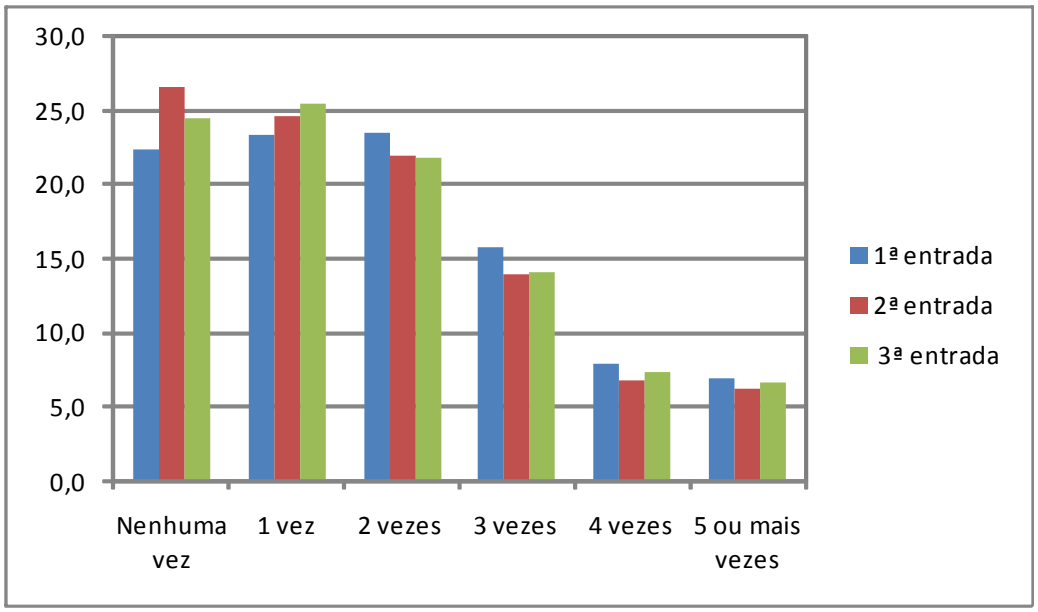
Gráfico 06: Número de vezes que abandonou os estudos (%)



Fontes: Projovem Urbano (2008/2009): Survey 1 – 1ª, 2ª e 3ª entradas

No que se refere as reprovações, os números do Projovem mostram que estão em torno de 25% aqueles que afirmam nunca terem sido reprovados. A grande maioria vivencia trajetórias bastante acidentadas.

Gráfico 07: Número de reprovações (%)



Fontes: Projovem Urbano (2008/2009): Survey 1 – 1ª, 2ª e 3ª entradas

O ensino de baixa qualidade acaba por reforçar e reproduzir situações de desigualdades e exclusões. O capital cultural, científico e tecnológico ainda não está acessível à maioria da população brasileira, especialmente às novas gerações, considerando que esses saberes são imprescindíveis para o exercício intergral de cidadania..

A análise do campo educacional, não pode, sobretudo, se limitar a esfera escolar, existe um imenso e rico campo da educação não escolar que deve também ser contemplado pelas políticas públicas. Colocar nas pautas a exploração de outros cenários educativos que possam constituir-se em potência para os jovens.

Sobre os programas

Para colocar na agenda pública as demandas do campo que constitui a juventude, a educação e muito especialmente, a igualdade de oportunidades, saindo do sistema regular de ensino, as políticas têm se consolidado por meio de programas. Não há dúvida, que a ação indutora do governo federal, especialmente na última década, tem tido um impacto direto na ampliação do atendimento, sobretudo, nas esferas municipal e estadual. Nessa década a escolarização, vinculada a outras áreas, adquiriu uma nova posição na agenda da política nacional, refletindo em programas e projetos em governos estaduais, municipais e iniciativas da sociedade civil. Cabe ressaltar, que a maioria dos programas a seguir, são financiados e propostos pelo governo federal, mas executados pelos níveis estadual, municipal ou por movimentos sociais.

Entre os programas fomentados pelo governo federal destacam-se aqueles destinados exclusivamente para jovens:

- PROJOVEM URBANO – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Secretaria Nacional de Juventude
- PROJOVEM URBANO NAS PRISÕES - Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Secretaria Nacional de Juventude
- PROJOVEM CAMPO – Saberes da terra – Ministério da Educação.

E os programas direcionados a toda a população, mas que acabam tendo na juventude seu principal alvo de atendimento:

- PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – Ministério da Educação

- PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Ministério da Educação
- EJA NAS PRISÕES - Ministério da Educação
- PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Os programas, de uma maneira geral, têm atuado na ampliação da escolarização, na formação inicial profissional e em ações de cidadania, com muitas semelhanças entre eles, no que se refere aos princípios e objetivos. Transitam entre diferentes esferas governamentais, porém com forte atuação na pasta da Educação, contudo, pouco se relacionam e menos ainda com o sistema regular de ensino. Os jovens transitam pelos programas, acionando-os conforme os benefícios que lhe possam trazer . O desafio é, exatamente, a articulação entre essas diferentes iniciativas e instâncias, particularmente, no âmbito do território, aonde estão os jovens, as escolas, programas etc. O baixo grau de articulação tem produzido duplicação de ações nos mesmos territórios e dificuldade em consolidar e expandir ganhos efetivos para as juventude. A articulação pode ser uma estratégia possível para se pensar e montar agendas de prioridades que facilitassem a inclusão de todos os atores envolvidos, evitando assim, o desperdício de recursos, forças e capitais sociais.

Examinar o papel das bolsas em programas de aumento de escolaridade e definir exatamente a sua função, aparece como um desafio também a ser perseguido. Observa-se que as bolsas não garantem a permanência dos alunos, de um modo geral, os valores são muito baixos (cem reais no caso do Projovem Urbano), mas podem servir sim como mecanismo de distribuição de renda para essa população.

Talvez, um bom estímulo para a continuidade, permanência e conclusão é o acesso a redes sociais de aproximação com novas possibilidades e oportunidades. Os jovens precisam sentir que estão tendo benefícios concretos com a escolarização, tanto do ponto de vista cognitivo, afetivo Nesse sentido, é preciso acionar novas chaves para se pensar os programas voltados para a elevação da escolarização da população brasileira, conhecendo, sobretudo, os sujeitos que fazem parte deles, e considerando as novas formações socioeconômicas e culturais que têm sido postas para as novas gerações.

Perspectivas

De início, é fundamental entender que a escolarização dos jovens faz parte de uma dinâmica social e educativa que não pode ser vista, entendida e julgada por ela própria. As pesquisas têm mostrado que medidas isoladas muito pouco têm cooperado para efetivas mudanças. Pensar educação dos jovens é pensar a educação de crianças e de adultos, é pensar os distintos níveis educacionais de forma articulada (Educação básica - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e Educação superior), e suas modalidades (Educação de Jovens e Adultos, Educação profissional, Educação especial) , como também organizar, efetivamente, os sistemas de ensino, a partir do regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Além, é claro, de articular o sistema e os programas. Fundamental também são outras áreas setoriais, como cultura, trabalho, assistência social, por exemplo, que podem adensar redes de apoio e oportunidades para os jovens, muito especialmente, para aqueles que mais necessitam desse tipo de suporte.

É possível perceber que a sociedade brasileira ainda não incorporou como direito os distintos processos educativos, escolares e não-escolares, como por exemplo a alfabetização e escolarização de sujeitos jovens originários da população mais empobrecida. Na essência, ainda não admitimos que a educação é um bem coletivo, que vai muito além do indivíduo que aprende. Na verdade, precisamos, também, educar-nos para essa compreensão, para melhorar significativamente os destinos biográficos e sociais das novas gerações.

. Nesse sentido, ter acesso à escola e nela permanecer depende, para os jovens das camadas menos favorecidas, de uma maior complexidade de fatores, e um deles é a qualidade desta escola e sua capacidade de atração, de construir sentido e de promover suportes e redes de oportunidades. Os tecidos sócio-organizacionais precisam chegar a essa população que acabam tendo precárias redes de possibilidades. Para além da oferta de uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, como também dos programas, torna-se relevante garantir aos jovens uma série de possibilidades reais de experimentação.

Como alertam Freitas e Corti (2010):

Se conseguimos reconhecer que muitos jovens não ficam na escola porque nela não se identificam e não aprendem, e que isso se deve a um sistema público que cresceu vertiginosamente sem os investimentos necessários e sem as medidas que garantissem o acolhimento de novos públicos com qualidade, como culpabilizar aqueles que a abandonaram? Isso não seria culpabilizar a vítima? Certamente almejamos a ampliação do direito ao ensino médio, mas será que a estratégia principal para chegar lá seria a obrigatoriedade? Sem esse processo de mobilização, dificilmente a obrigatoriedade terá os resultados esperados. Sem a entrada de novas discussões que focalizem os segmentos que estão fora da escola e

sem políticas e programas atrativos a estes públicos, a universalização do ensino médio continuará a ser um belo discurso, com o qual ninguém ousa discordar, mesmo que seja, apenas, um discurso.

Os dados demonstram que a universalização do acesso, ou seja, o oferecimento de condições iguais de oportunidades de ingresso, que é uma conquista dos setores mais empobrecidos da população brasileira, não conseguiu responder às desigualdades geradas pelos sistemas educativos. A seleção(inclusão/exclusão) não é mais feita no acesso à escola, mas no seu interior, na trajetória educacional, gerando novas práticas: o desempenho individual, a competição, o chamado "fracasso escolar". O risco é a escola passar a ser *uma fonte de decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela* (Bourdieu, 1999).

Para as políticas públicas está posto, portanto, o desafio de oferecer respostas diferenciadas para possibilitar distintos modos de acesso, permanência e continuidade ao conhecimento das humanidades, das tecnologias e do campo científico, para os jovens brasileiros, sobretudo, pela imensa diversidade de necessidades e interesses.

Nessa reflexão, é relevante pensar que para muitos segmentos juvenis a demanda é por uma educação que "caiba na vida" e que faça sentido para a experimentação juvenil. Assim, a mobilização por educação de qualidade, inclusiva e que construa redes de oportunidades deve garantir uma ação pedagógica comprometida com a pluralidade dos contextos juvenis, além de uma base sólida de consenso que outorgue legitimidade entre os diferentes atores institucionais que devem ser acionados na implementação do espaço público da juventude.Para tanto, as estratégias de intervenção socioeducativas devem estar amparadas e referenciadas por uma política de educação e juventude que crie possibilidades de vivenciar e criar intervenções culturais, sociais e políticas..

Citações bibliográficas

BOURDIEU, P. et al. (Coord.) A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Caderno temático : perfil e percepções dos alunos do Projovem Urbano : setembro 2008 a dezembro 2009 / Secretaria Geral, Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília : Secretaria Nacional de Juventude, 2010.

CENSO ESCOLAR – Inep/MEC, 2007.

CORTI, A. P. e FREITAS, M. V. - Universalização e obrigatoriedade do ensino médio: algumas reflexões para o debate (mimeo), 2010.

IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2009

IBGE, PNAD. Brasil, 2008.

JACINTO, C. ¿Educar para que trabajo? Discutiendo rumbos en América Latina (coord.), redEtis (IIPE-IDES)/MTEy SS/MECyT/La Crujía, Buenos Aires, 2004.

UNIRIO, Perfil dos alunos do Projovem Urbano: Um estudo a partir do Survey 1 – 1ª entrada, Rio de Janeiro, 2009.

UNIRIO Alunos do Projovem Urbano: análise dos dados do Survey 1 – 2ª Entrada. Rio de Janeiro, 2010.